

Ficha de unidade curricular

Curso de **MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA**
Especialidade de Direito Civil
2020-2021

Unidade curricular

Direito Processual Civil I – Turma B

Docente responsável e respetiva carga letivas na unidade curricular

Paula Meira Lourenço (2 horas semanais)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Aprofundar e desenvolver os conhecimentos relativos ao Processo de Execução, no quadro da Teoria Geral do Direito Processual Civil, tendo por base a análise crítica da doutrina, jurisprudência nacional e internacional (em especial, a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos).

Conteúdos programáticos (nota: indicação sumária, antes da abertura das candidaturas)

O PROCESSO DE EXECUÇÃO

Aulas a lecionar pela Regente:

- § 1.º Conceito e fins do processo de execução
- § 2.º Os pressupostos processuais
- § 3.º A tramitação processual
- § 4.º A transparência patrimonial
- § 5.º O ato de penhora e o regime das impenhorabilidades, em especial
- § 6.º O modelo desjudicializado e desmaterializado: comparação com outros modelos
- § 7.º A repartição de competências entre o Juiz e o Agente de Execução
- § 8.º A fiscalização da atividade do Agente de Execução através de entidades administrativas independentes
- § 9.º As novas formas de desjudicialização
- § 10.º As garantias do processo equitativo na execução patrimonial

Aulas a lecionar por Professores Doutores da Faculdade de Direito de Lisboa ou externos e por especialistas externos em Direito Processual Civil e/ou Processo de Execução, convidados para o efeito:

§ 11.º A execução injustificada, infundada, injusta ou inadmissível

(Professor a indicar)

§ 12.º A atividade do Juiz de Execução

Magistrado (orador a indicar)

§ 13.º A função do Mandatário Judicial na execução

Dra. Ana Luísa Rodrigues - Advogada; Antigo Membro do Grupo de Gestão da Comissão para a Eficácia das Execuções (2009/2011)

§ 14.º O Agente de Execução (em especial, o desenvolvimento da sua através do Sistema

Informático de Suporte à Atividade dos Agentes de Execução (SISAAE)

Mestre Armando Branco - Agente de Execução; Antigo Presidente do Colégio de Especialidade dos Agentes de Execução (2009/2011); Antigo Membro do Grupo de Gestão da Comissão para a Eficácia das Execuções (2009/2011)

§ 15.º O contributo da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça

Dra. Inês Caeiros – Assessora da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As matérias escolhidas constituem os fundamentos e regimes mais relevantes da Teoria Geral do Processo Civil e do Processo de Execução.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Programa – Fases:

O programa será lecionado em 2 aulas semanais e terá 4 fases:

1.ª Fase – Exposição teórica introdutória pela Regente.

2.ª Fase - Exposição teórica (e prática) de determinados temas por outros Professores e especialistas em Direito Processual Civil e/ou Processo de Execução, convidados para o efeito (como seja, Magistrados, Advogados, Agentes de Execução, Advogados e Membros de entidades administrativas de fiscalização da atividade dos Agentes de Execução).

3.ª Fase – Apresentação de um Tema à escolha dos estudantes.

Cada estudante apresentará oralmente, em aula, um tema à sua escolha (30 minutos), seguido de discussão.

Após a apresentação em aula, o estudante enviará a sua apresentação à Regente, por escrito, através de correio eletrónico (máximo de 5 páginas).

4.ª Fase – Apresentação dos Relatórios de Investigação pelos estudantes.

Cada estudante apresentará oralmente, em aula, o tema do seu Relatório de Investigação (30 minutos), seguido de discussão.

Após a apresentação em aula, findo o período das aulas, o estudante entregará o seu Relatório de Investigação nos competentes serviços da Faculdade até ao dia 30 de setembro (podendo também enviá-lo à Regente, através de correio eletrónico).

Avaliação:

A avaliação integrará elementos orais e elementos escritos, nos seguintes termos:

1. Participação oral nas aulas: **20%**
2. Apresentação de um Tema: **30%**
3. Relatório de Investigação: **50%**

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia adotada permite aprofundar os temas, na sua vertente teórica e prática, e desenvolver o espírito crítico e a percepção dos principais problemas suscitados pela aplicação dos regimes legais no âmbito das matérias do programa.

Bibliografia Principal

ALBERTO DOS REIS, JOSÉ - Código de Processo Civil Anotado, Vols. I a VI Coimbra, 1981, 1982 e 1985.

ALEMÃO, Ivan. *Reforma da Execução em Portugal – Desjudicialização ou Privatização?* disponível em <https://ivanalemaouff.blogspot.com/p/artigo-reforma-da-execucao-em-portugal.html>

ANDRADE, Manuel de - *Noções Elementares de Processo Civil*, Coimbra, 1979.

ANSELMO DE CASTRO, Artur, *A acção executiva singular, comum e especial*, 3.^a, Coimbra Editora, Coimbra, 1977.

BARJA DE QUIROGA, JACOBO LOPEZ - *El Convenio, el Tribunal Europeo y el derecho a un juicio justo*, Ediciones Akal, Madrid, 1991.

BONIFÁCIO RAMOS, José Luís - "Questões Relativas à Reforma do Código de Processo Civil" in *Estudos Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, Vol. I, Coimbra, 2013, pp. 917-956.

BRUNS/PETERS, *Zwangsvollstreckungsrecht*, 3.^a, Verlag Franz Vahlen, München, 1997.

CALAMANDREI, Piero, Processo e Giustizia, RDP, Volume V, Parte I, 1950, 273-290.
_____, *Processo e Democrazia*, Padua, 1954.

CAPPELLETTI/VIGORITI, Fundamental Guarantees of the Litigants in Civil Proceedings: Italy, *Fundamental Guarantees of the Parties in Civil Litigation / Les Garanties Fondamentales des Parties dans le Procès Civil* (dir. CAPPELLETTI / TALLON), Dott. A. Giuffrè Editore-Oceana Publications, Inc., Milano-New York, 1973.

CARPI, FEDERICO - Riflessioni sui rapporti fra l'art. 111 della Costituzione ed il processo esecutivo, *RTDPC*, N.^o 2, 2002, n.^o s 2-5.

CASADEVALL, JOSEP - *El Convenio Europeo de Derechos Humanos, el Tribunal de Estrasburgo y su jurisprudencia*, Tirant lo Blanch, Valencia, 2012.

CASTRO MENDES, João, *Direito Processual Civil*, Vol. 3, AAFDL, Lisboa, 1987.

_____, *Ação Executiva*, AAFDL, Lisboa, 1980.

_____, *Teoria Geral do Direito Civil*, III, AAFDL, Lisboa, 1980.

_____, *Teoria Geral do Direito Civil*, II, AAFDL, Lisboa, 1985.

COMOGLIO, Luigi Paolo, Art. 24, 1.^o comma, 2.^o comma, 3.^o comma, in *Commentario della Costituzione*, a cura di Giuseppe Branca, Rapporto Civili, Arts. 24-26, Zanichelli Editore, Foro Italiano, 1981, 1-81.

_____, Il Principio di Economia Processuale Nell'Esperienza di Ordinamenti Stranieri, *RDP*, Volume XXXVII (II Serie)/Parte I, 1982, 664-699.

_____, L'individuazione dei beni da pignorare, *RDP*, II Serie, Ano 47, N.^o 1, CEDAM, 1992, 83-134.

_____, Giurisdizione e processo nel quadro delle garanzie costituzionali, *RTDPC*, 48/3, 1994, 1063-1111.

_____, *Riforme processuali e poteri del giudice*, Torino, G. Giappichelli Editore, 1996.

_____, Valori etici e ideologie del "giusto processo" (modelli a confronto), *RTDPC* 52/3, 1998, 887-938.

_____, Le garanzie fondamentali del giusto processo, *Jus: Rivista di Scienze Giuridiche*, Anno XLVII, 3, 2000, 335-382.

_____, Il «giusto processo» civile nella dimensione comparatistica, *RDP*, N.^o 3, 2002, 702-758.

_____, *Ética e tecnica del "giusto processo"*, G. Giappichelli Editore, Turim, 2004.

_____, Requiem per il processo «giusto», Maio, 2013, 1-23 [disponível em <http://www.judicium.it>].

COSTA E SILVA, Paula, *O Dogma da Irrelevância da Vontade na Interpretação e nos Vícios do Acto Postulativo*, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

_____, Garantias do Executado, *Th*, Ano IV, n.^o 7, 2003, 199-214.

_____, *A Reforma da Acção Executiva*, 1.^a, Coimbra Editora, Coimbra, 2003; 3.^a, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

_____, *O Título Executivo Europeu*, Coimbra Editora, Coimbra 2005.

_____, As linhas gerais da reforma do processo civil, *Estudos em Honra de Ruy de Albuquerque*, Volume II, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, Outubro, 2006.

_____, *Processo de Execução*, Vol. 1 – *Títulos executivos Europeus*, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

_____, *A Litigância de Má-fé*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008.

_____, Impugnação Pauliana e Execução no Direito Português, 2009 (disponível em http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/PCSilva.pdf - última consulta em 19.04.2015

_____, *A nova face da Justiça – Os meios extrajudiciais de resolução de controvérsias*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

_____, A ideia de Estado de Direito e a responsabilidade do Estado por erro judiciário: The King can do [no] wrong, *Dir*, N.^o 142, 2010, 39-80.

_____, Garantias do Executado, *Civil Procedure Review*, v.1, n.^o 1: 3-19, mar./jun., 2010, 3-19.

_____, O custo da Justiça, *CDP*, Número Especial 01, Dezembro, 2010, 57-75.

_____, Legalidade das formas de processo e gestão processual ou as duas faces de JANUS, *RIL*, ano 48, t. 2, n.^o 190, abril/junho, 2011, 137-149.

FERNANDEZ, Elizabeth, A (Pretensa) Reforma da Ação Executiva, *CDP*, n.º 26, 2009, 18-37.
_____, *Um Novo Código de Processo Civil? Em busca das diferenças*, Vida Económica - Editorial, SA, 2014.

FERRAND, FRÉDÉRIQUE - Le droit à l'exécution des décisions de justice: la possible confrontation des articles 6 § 1 et 8 de la convention européenne des droits de l'homme, in *20^e Congrès Union Internationale des Huissiers de Justice. Marseille. 7-12 septembre 2009. L'huissier de justice dans le droit, dans l'Etat, dans le monde*, UIHJ Publishing, Paris, 2015.

FRANÇA GOUVEIA, MARIANA - Penhora e alienação de bens móveis na reforma da ação executiva, *Th*, Ano IV, n.º 7, 2003, 165-198.

FRICERO/PÉDROT, Les droits fondamentaux spécifiques au procès civil, *Libertés et droits fondamentaux*, 18.^a, Dalloz, Paris, 2012

FRICERO/PAYAN, *Le droit à l'exécution et le droit de la notification et de la signification dans la jurisprudence européenne. Cour européenne des droits de l'homme. Cour de justice de l'Union européenne. 1980-2014*, UIHJ Publishing, Paris, 2014

FRICERO, NATALIE - *Procédures Civiles d'Exécution. Voies d'execution. Procédures de distribution*, 5.^a, Gualino Éditeur, Lextenso éditions, Mémentos LMD, 2015-2016
— *L'essentiel des procédures civiles d'exécution*, 5.^a, Gualino Éditeur, Lextenso éditions, Carrés "Rouge", 2015-2016

GUINCHARD / CHAINAIS / CONSTANTIN S. DELICOSTOPOULOS / IOANNIS S. DELICOSTOPOULOS / DOUCHY-OUDOT / FERRAND / LAGARDE / MAGNIER / FABRI / SINOPOLI / SOREL, *Droit processuel. Droits fondamentaux du procès*, 8.^a, Dalloz, Paris, 2015, 1146-1147.

LEBRE DE FREITAS, JOSÉ - Concentração da defesa e formação de caso julgado em embargos de executado, *Estudos Sobre Direito Civil e Processo Civil*, Vol. I, 2.^a, Coimbra, Coimbra Editora, 2009;
_____, *A Ação Executiva - À luz do Código de Processo Civil de 2013*, 7.^a, Coimbra Editora, Coimbra, 2017.

LEBRE DE FREITAS, JOSÉ / ALEXANDRE, ISABEL
_____, *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. 1, 3^a, Coimbra, 2014;
_____, *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. 2, 3^a, 2017.

LEBRE DE FREITAS, JOSÉ/RIBEIRO MENDES, ARMINDO - *Código de Processo Civil anotado*, vol. 3.^º, Artigos 676.^º a 943.^º, 1.^a, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

MEIRA LOURENÇO, Paula - L'Exécution forcée des obligations pécuniaires au Portugal: situation actuelle et projet de réformes, in *Nouveaux droits dans un nouvel espace européen de justice - Le droit processuel et le droit de l'exécution* (direction: Jacques Isnard / Jacques Normand), Éditions Juridiques et Techniques, Paris, 2002, 267-274.

_____, Metodologia e Execução da Reforma da Ação Executiva, *Th*, Ano IV, n.º 7, 2003, 261-284.
_____, Penhora e outros procedimentos de apreensão de valores mobiliários: implicações do

novo regime da ação executiva, in *Direito dos Valores Mobiliários – Instituto dos Valores Mobiliários*, Volume VI, 2006, Coimbra Editora, Coimbra, 241-271.

_____, As medidas de descongestionamento dos tribunais tomadas entre 2005 e 2008, in *Interface – Administração Pública*, N.º 152, Agosto, 2008, 90-97.

_____, A Comissão para a Eficácia das Execuções, *SI*, Tomo LVIII, n.º 317, (Janeiro/Março), 2009, 129-157.

_____, Les nouveautés législatives du Décret-loi n.º 226/2008, du 20 Novembre: le renforcement du rôle de l'agent d'exécution portugais et la création de la Commission Pour l'Efficacité des Exécutions, *Liber Amicorum Jacques Isnard*, Éditions Juridiques et Techniques, Paris, 2009, 285-293.

_____, Justiça Cível: Eficiência e Novas Formas de Gestão Processual, in *Novos Rumos da Justiça Cível – Conferência Internacional – Centro de Estudos Judiciários, 9 de Abril de 2008* (obra coletiva organizada pela Direcção-Geral da Política de Justiça), CEJUR, Coimbra Editora, 2009, 81-98.

_____, As Tecnologias de Informação e a Comissão para a Eficácia das Execuções: em busca de maior celeridade, eficiência, rigor, qualidade e transparência, in *Interface – Administração Pública*, N.º 57, Janeiro, 2011, 25-32.

_____, Du droit à l'exécution au droit de l'exécution, in *Actes du Colloque International de Sibiu (Roumaine) – 13-14-25 Mai 2009 - l'Europe judiciaire: 10 ans après le conseil de Tampere; le droit de l'exécution – perspectives transnationales*, Éditions Juridiques et Techniques, Paris, 2011, 167-172.

_____, A relevância do papel da Comissão para a Eficácia das Execuções no sistema português, in *I Jornadas de Direito Processual Civil – Olhares Transmontanos*, Valpaços, novembro, 2011, 233-246.

_____, O Papel da Comissão para a Eficácia das Execuções, *BOA*, n.º 85, dezembro, 2011, 64-65.

_____, A Relevância da Participação dos Cidadãos e das Empresas na Comissão para a Eficácia das Execuções, in *Revista Indústria - Revista de Empresários e Negócios, da CIP – Confederação Empresarial de Portugal*, n.º 90, 52-53.

_____, The Portuguese system of control over the profession of enforcement agent, in compliance with criteria defined by the European Commission for the Efficiency of Justice, in *Efficiency of enforcement proceedings of court judgments and acts of other official authorities*, Publications of the International Scientific Conference, June 8-11 2011, Kazan, Federal University, 2011, 291-306.

_____, The role of the Portuguese Enforcement Agent and the competences of the Commission for the Efficiency of Enforcement Procedures (publicação em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda, disponível no sítio na Internet do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em <http://icjp.pt/estudos-e-artigos/1>).

_____, A acção executiva entre 2000-2012 - a urgente necessidade de executar as recomendações da CPEE, in "Julgar", n.º 18, Setembro-Dezembro, 2012, 77-100.

_____, The Portuguese system of control over the profession of enforcement agent, in compliance with criteria defined by the European Commission for the Efficiency of Justice, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Lebre de Freitas*, Volume I, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, 1119-1137.

_____, E-Justice, E-Agent d'exécution et la création de la Commission pour l'Efficacité des Exécutions: la réforme juridique de 2008 au Portugal, in *20^e Congrès Union Internationale des Huissiers de Justice. Marseille. 7-12 septembre 2009. L'huissier de justice dans le droit, dans l'État, dans le monde*, UIHJ Publishing, Paris, 2015, 261-270.

_____, *Processo Executivo*, 40 Anos de Políticas de Justiça em Portugal (obra coletiva), Almedina, 2017, 269-298.

_____, Cyberjustice, in *23rd International Congress of the International Association of Enforcement Agents* (UIHJ), Bangkok. 1st-4th may 2018, UIHJ Publishing, Paris, 2018, pp. 427-435.

_____, *Processo civil executivo português à luz da Convenção*, Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais, Volume II (Coordenador: Paulo Pinto Albuquerque), Volume II, Universidade Católica Editora, novembro, 2019, 994-1003.

PINTO, RUI - Penhora e alienação de outros direitos, *Th*, Ano IV, n.º 7, 2003, 133-164;

— *Manual da Execução e Despejo*, 1.ª, Coimbra Editora, Coimbra, 2013;

— *A ação executiva*, Lisboa, Lex, 2004.

PROTO PISANI, ANDREA - Appunti sulla tutela di condanna, *RTDPC*, 1978, 1104-1210; Brevi note in tema di tutela specifica e tutela risarcitoria, *FI*, Vol. CVI, parte V, 1983, 127-133;

— L' attuazione dei provvedimenti di condanna, *Processo e tecniche di attuazione dei diritti*, Napoli, Jovene, 1989, 39-62;

— La tutela giurisdizionale dei diritti della personalità: strumenti e tecniche di tutela, *FI* 113/V (1990), 1-19;

— *La nuova disciplina del processo civile*, Napoli, Jovene, 1991;

— Dieci anni di riforme per la giustizia civile, *GI* 152/IV (2000), 1768-1770;

— Nuovi Diritti e Tecniche di Tutela, *Scritti in onore di Elio Fazzalari*, Vol. II - Diritto Processuale Generale, Milano, Giuffrè, 1993, 47-74; La tutela giurisdizionale dei diritti della personalità: strumenti e tecniche di tutela, *FI* 113/V (1990), 1-19;

— Nuovi Diritti e Tecniche di Tutela, *Scritti in onore di Elio Fazzalari*, Vol. II - Diritto Processuale Generale, Milano, Giuffrè, 1993, 47-74; Attualità e prospettive per il processo civile, *FI* 125/V (2002), 1-8;

— Note sulla tutela civile dei diritti, *FI* 125/V (2002), 165-172;

— *Le tutele giurisdizionali dei diritti*, Napoli, Jovene, 2003; *Lezione di diritto processuale civile*, 5.ª, Jovene, Napoli, 2006.

QUILLERÉ-MAJZOUB, FABIENNE - *La défense du droit à un procès équitable*, Bruylant, Bruxelles, 1999.

ROSENBERG/GAUL/SCHILKEN/BECKER-EBERHARD/LAKKIS - *Zwangsvollstreckungsrecht*, 12.ª, Beck, München, 2010.

TARZIA, GIUSEPPE - Il giusto processo di esecuzione, *RDP*, LVII (II Serie), N.º 2, 2002.

TEIXEIRA DE SOUSA, MIGUEL - *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, Lex, Lisboa, 1997.

_____, *A Ação Executiva Singular*, Lex, Lisboa, 1998.

_____, *Introdução ao Processo Civil*, 2.ª, Lex, Lisboa, 2000.

_____, Os Paradigmas da Ação Executiva, *A Reforma da Acção Executiva - Trabalhos Preparatórios* - Vol. 1 – *Conferência na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Edição do Ministério da Justiça, GPLP, 2001, 105-113.

_____, Aspectos Gerais da Reforma da Ação Executiva, *Cadernos de Direito Privado*, n.º 4, outubro/dezembro, 2003, 3-25.

_____, *A Reforma da Ação Executiva*, Lex, Lisboa, 2004.

_____, A jurisprudência constitucional portuguesa e o direito processual civil, *XXV anos de jurisprudência constitucional portuguesa: Colóquio comemorativo do XXV aniversário do Tribunal Constitucional, 24 e 25 de Outubro de 2008*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, 67-92.

_____, Um novo processo civil português: à la recherche du temps perdu?, *Novos Rumos da Justiça Cível – Conferência Internacional – Centro de Estudos Judiciários, 9 de Abril de 2008* (obra coletiva organizada pela Direcção-Geral da Política de Justiça), CEJUR, Coimbra Editora, 2009, 7-28.

_____, Novas Tendências de desjudicialização na ação executiva: o agente de execução como órgão, *CDP*, Número Especial 01, Dezembro, 2010, 3-9.

TUCCI, José Rogério Cruz e, A denominada “situação substancial” como objeto do processo na obra de Fazzalari, *Scritti in onore di Elio Fazzalari*, Vol. II - Diritto Processuale Generale, Milano, Giuffrè, 1993, 33-46.

_____, *Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual: civil e penal*, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1997.

_____, Garantia do processo sem dilações indevidas: responsabilidade do Estado pela intempestividade da prestação jurisdicional, *Revista da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 97, 2002, 323-345.

VIGORITI, Vincenzo, *Garanzie Constituzionale del Processo Civile – Due Process of Law e art. 24 Cost.*, Milão, Giuffrè, 1973.